

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.372.483 - SP (2018/0252820-9)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
AGRAVANTE : **VERA DE ANDRADE REIS KAPPAZ**
AGRAVANTE : **ANDERSON PEDRO KAPPAZ**
ADVOGADO : **DIONÍSIO APARECIDO TERÇARIOLI E OUTRO(S) - SP124806**
AGRAVANTE : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**
AGRAVADO : **OS MESMOS**

DECISÃO

Trata-se de Agravo em Recurso Especial, interposto pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**, contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que **inadmitiu** o Recurso Especial, manejado em face de acórdão assim ementado:

"APELAÇÕES. Ação civil pública ambiental proposta pelo Ministério Público. Reserva legal. Instituição, demarcação e recuperação das áreas protegidas. Área de preservação permanente. Dever de recuperar. Sentença de parcial procedência condenado os réus ao pagamento de multa pelo descumprimento de medida liminar, a demarcar e averbar a reserva legal no prazo de 120 dias após a aprovação do projeto, recompor a cobertura vegetal da reserva legal e a absterem-se de explorar referido local. Apelo do órgão ministerial e dos réus. Preliminar. Cerceamento do direito de defesa. Inocorrência. Mérito. Com razão em parte os apelos. Suscitada aqui a inconstitucionalidade do atual Código Florestal. Cômputo das áreas de preservação permanente no cálculo da reserva legal. Possibilidade. Aplicação do artigo 15 da Lei nº 12.651/2012. Incontroversa a irregularidade ambiental no imóvel e o dever de instituir a reserva legal de 20% e de preservar e recompor as áreas de preservação permanentes. Dispensa do registro da reserva legal no Ofício Imobiliário caso haja inscrição no CAR. Aplicação da regra prevista no artigo 18, §4º, do atual Código Florestal. Obrigação de abstenção de uso da área. Possibilidade de exploração econômica, mediante o manejo sustentável. Parcial provimento dos recursos para, mantendo a condenação nas obrigações de fazer tal como lançada na r. sentença, acrescentando o dever de recuperação das áreas de preservação permanente, afastar a obrigação de averbar a reserva legal e fixar apenas o encargo de registro no CAR, bem como para fazer a ressalva de que a conclusão dos deveres de recuperar o meio

Superior Tribunal de Justiça

ambiente (reserva legal e APP's) deve obedecer às regras e aos prazos estabelecidos pelo Código Florestal vigente em conjunto com as atuais leis pertinentes, como a Lei Estadual nº 15.684 de 2015 (sobretudo se for feita adesão ao programa), devendo ser analisado pelo órgão ambiental competente o projeto apresentado pelos réus, afastando-se, assim, qualquer ordem judicial de prazo específico para a conclusão da recomposição, que deverá seguir o cronograma a ser estabelecido pelo órgão ambiental. Fica mantida a multa diária de R\$ 1.000,00, limitada a R\$ 200.00,00. Condenação dos demandados ao pagamento de multa pelo descumprimento da liminar anteriormente concedida. Condenação mantida: Sucumbência dos requeridos mantida. Apelos parcialmente providos" (fl. 907e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a e c**, da Constituição Federal, a parte ora agravante aponta, além do dissídio jurisprudencial, violação aos arts. **6º, caput e § 1º, da LINDB e 2º, caput e incisos I, III e IV, da Lei 6.938/81**, sustentando a inaplicabilidade do art. 15 da Lei 12.651/2012 à hipótese dos autos.

Afirma que "a reserva legal já deveria ter sido instituída sob a égide da lei anterior, não devendo se cogitar a aplicação, ao caso em tela, do artigo 15, do Novo Código Florestal, que possibilita a incidência das áreas de preservação permanente no cômputo da área de reserva legal, de discutível constitucionalidade, além de permitir a exploração das apps, posto que sobrepostas, o que se revela inadmissível" (fls. 935/936e).

Por fim, requer "seja conhecido e provido o presente recurso especial, reformando-se o venerando acórdão impugnado, no que concerne à aplicabilidade, ao caso em tela, do artigo 15, do Novo Código Florestal, afastando-se o cômputo da área de preservação permanente na área de reserva legal" (fl. 942e).

Contrarrazões a fls. 1.044/1.050e.

Inadmitido o Recurso Especial (fls. 1.072/1.073e), foi interposto o presente Agravo (fls. 1.144/1.150e).

Contraminuta a fls. 1.153.1.159e.

A irresignação merece prosperar.

Na origem, trata-se de Ação Civil Pública ajuizada pela parte ora recorrente, buscando a condenação dos recorridos à instituição de reserva legal e à demarcação das áreas de preservação permanente.

Julgada parcialmente procedente a demanda, recorreram as partes, restando tendo sido reformada a sentença, pelo Tribunal local, sob os seguintes fundamentos:

"Nesta toada, aos demandados compete a efetivação da reserva legal

conforme, repita-se, as novas regras estabelecidas pela novel legislação. Portanto, todas as regras previstas na Lei nº 12.651/2012 deverão ser observadas pelo órgão ambiental competente, e este poderá autorizar a sua aplicação efetiva no imóvel, se preenchidos os requisitos necessários.

Ademais, com o advento do Decreto Federal nº 8.235, de 05.05.2014, e da Instrução Normativa nº 2 do Ministério do Meio Ambiente, de 06.05.2014, que determinaram os procedimentos a serem adotados para a inscrição, registro, análise e demonstração das informações ambientais sobre os imóveis rurais, não subsiste mais a obrigação de averbação da Reserva Legal no Ofício de Registro de Imóveis, desde que, todavia, haja o seu registro no CAR" (fl. 922e).

Observa-se que o acórdão de 2º Grau é divergente da jurisprudência desta Corte.

Com efeito, segundo entendimento dominante do STJ, **"não se emprega norma ambiental superveniente de cunho material aos processos em curso, seja para proteger o ato jurídico perfeito, os direitos ambientais adquiridos e a coisa julgada, seja para evitar a redução do patamar de proteção de ecossistemas frágeis sem as necessárias compensações ambientais"** (STJ, AgInt no AREsp 826.869/PR, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe de 15/12/2016).

No mesmo sentido:

"AMBIENTAL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. NOVO CÓDIGO FLORESTAL. IRRETROATIVIDADE. APLICAÇÃO DO ART. 15 DA LEI 12.651/2012. COMPENSAÇÃO DE APPS EM ÁREA DE RESERVA LEGAL. PROIBIÇÃO DE RETROCESSO. PROTEÇÃO DOS ECOSSISTEMAS FRÁGEIS.

1. Cuida-se de inconformismo contra acórdão do Tribunal de origem, que computou a Área de Preservação Permanente (APP) na Área de Reserva Legal, diminuiu a cominação de multa diária e majorou o prazo para apresentação de projeto ambiental.

2. **Não se emprega norma ambiental superveniente à época dos fatos de cunho material aos processos em curso, seja para proteger o ato jurídico perfeito, os direitos ambientais adquiridos e a coisa julgada, seja para evitar a redução do patamar de proteção de ecossistemas frágeis sem as necessárias compensações ambientais.** No mesmo sentido: AgInt no REsp 1.389.613/MS. Ministra Assusete Magalhães. Segunda

Turma. DJe 27/6/2017; AgInt no REsp 1.381.085/MS. Ministro Og Fernandes. Segunda Turma. DJe 23/8/2017; REsp 1.381.191/SP, Relatora Ministra Diva Malerbi (desembargadora convocada TRF 3ª Região), Segunda Turma, Julgado em 16/6/2016, DJe 30/6/2016; EDcl no REsp 1.381.341/MS, Rel. Min. Humberto Martins, DJe de 27/8/2015; AgInt no AREsp 910.486/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 18/4/2017, e AgInt no AREsp 826.869/PR, Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe 15/12/2016.

3. Assim, o STJ firmou o entendimento de que 'o novo Código Florestal não pode retroagir para atingir o ato jurídico perfeito, direitos ambientais adquiridos e a coisa julgada, tampouco para reduzir de tal modo e sem as necessárias compensações ambientais o patamar de proteção de ecossistemas frágeis ou espécies ameaçadas de extinção, a ponto de transgredir o limite constitucional intocável e intransponível da 'incumbência' do Estado de garantir a preservação e restauração dos processos ecológicos essenciais (art. 225, § 1º, I)". 4. É possível impor ao proprietário-possuidor a obrigação de recompor a cobertura florestal da área de reserva legal de sua propriedade independentemente de ter sido o autor da degradação ambiental. Isso porque as obrigações associadas às Áreas de Preservação Permanente e à Reserva Legal têm caráter propter rem e, conquanto não se possa conferir ao direito fundamental do meio ambiente equilibrado a característica de direito absoluto, ele se insere entre os direitos indisponíveis, devendo-se acentuar a imprescritibilidade de sua reparação e a sua inalienabilidade, já que se trata de bem de uso comum do povo (REsp 1.251.697/PR, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 12.4.2012, DJe de 17.4.2012; REsp 1.179.316/SP, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, julgado em 15.6.2010, DJe de 29.6.2010; AgRg nos EDcl no REsp 1.203.101/SP, Rel. Ministro Hamilton Carvalhido, Primeira Turma, julgado em 8.2.2011, DJe de 18.2.2011, e REsp 1.381.191/SP, Relatora Ministra Diva Malerbi [desembargadora convocada TRF 3ª Região], Segunda Turma, Julgado em 16/6/2016, DJe 30/6/2016).

5. A jurisprudência do STJ é forte no sentido de que o art. 16 c/c o art. 44 da Lei 4.771/1965 impõe o seu cumprimento no que diz respeito à área de reserva legal, independentemente de haver área florestal ou vegetação nativa na propriedade (REsp 865.309/MG, Rel. Min. Castro Meira, Segunda Turma, julgado em 23.9.2008, DJe de 23.10.2008; REsp 867.085/PR. Ministro João Otávio de Noronha, Segunda Turma. DJ 27/11/2007 p. 293, e REsp 821.083/MG, Rel.

Superior Tribunal de Justiça

Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, julgado em 25.3.2008, DJe de 9.4.2008).

6. Recurso Especial a que se dá provimento" (STJ, REsp 1.680.699/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/11/2017, DJe 19/12/2017).

Destarte, aplica-se, ao caso, o entendimento consolidado na Súmula 568 desta Corte, **in verbis**: "O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema".

Ante o exposto, com fulcro no art. 253, parágrafo único, II, **c**, do RISTJ, **conheço** do Agravo para **dar provimento** ao Recurso Especial.

I.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES
Relatora